

A PROPÓSITO DO MATERIAL DIDÁTICO INTEGRAÇÃO SOCIAL DO MOBRAL

*Fernanda Borges Neto
Sônia Maria dos Santos*

Resumo

Historicamente, o Brasil não tem sido capaz de promover o acesso e a permanência de todos na escola, principalmente aqueles de menor poder aquisitivo. Essa exclusão educacional gerou/gera a necessidade de políticas públicas educacionais que garantam o acesso e a permanência daqueles que não tiveram condições de frequentar a escola na idade regular. Nesse contexto, se insere o presente trabalho, que é um recorte da pesquisa de doutoramento que objetivou analisar o material didático “Integração Social”, volume 1, da matéria integração social, do Programa de Educação Integrada (PEI), da 1ª fase do ensino supletivo de 1º grau (2ª a 4ª séries), do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), no período de 1967 a 1985. O MOBRL foi um Programa destinado à educação de jovens e adultos durante a ditadura militar, pós-golpe de 1964. Após a análise do referido material didático, à luz do pensamento gramsciano, constatou-se que os textos e atividades propostas eram repetitivos, mecanizados, mnemônicos e descontextualizados, inviabilizando a reflexão e a crítica sobre as condições de vida dos alunos e as causas da elevada desigualdade social. A intenção era atender aos desafios da nova fase do capitalismo brasileiro, bem como controlar, coagir e dominar as classes subalternas, impondo os valores e interesses das classes dominantes, impedindo qualquer forma de participação política e contestação ao que estava posto, por parte dos oprimidos. Ademais, promovia-se uma ruptura com os movimentos de educação popular que contestavam a ordem vigente.

Palavras-chave: MOBRL; material didático; integração social.

REGARDING THE DIDACTIC MATERIAL INTEGRAÇÃO SOCIAL OF MOBRL

Abstract

Historically, Brazil has not been able to promote access and retention for everyone in schools, especially those with lower purchasing power. This educational exclusion has generated the need for public educational policies that ensure access and retention for those who were unable to attend school at the regular age. In this context, the present work is part of a doctoral thesis defended in 2021. It is a documentary research, that analyzed the didactic material "Integração Social," volume 1, from the subject integração social, part of the Integrated Education Program (PEI) for the first phase of elementary education (2nd to 4th grades) in the Brazilian Literacy Movement (MOBRAL) from 1967 to 1985. MOBRL was a program aimed at the education of young people and adults during the military dictatorship post the 1964 coup. After analyzing the mentioned didactic material in light of Gramscian thought, it was observed that the texts and proposed activities were repetitive, mechanized, mnemonic, and decontextualized, hindering reflection and criticism of students' living conditions and the causes of high social inequality. The intention was to address the challenges of the new phase of Brazilian capitalism, as well as to control, coerce, and dominate the subaltern

classes, imposing the values and interests of the dominant classes and preventing any form of political participation and opposition from the oppressed. Furthermore, it promoted a break with popular education movements that contested the existing order.

Keywords: MOBRAL; educational material; social integration.

SOBRE EL MATERIAL DIDÁCTICO INTEGRACIÓN SOCIAL DEL MOBRAL

Resumen

Históricamente, Brasil ha enfrentado dificultades para fomentar el acceso y la permanencia de todos en la escuela, especialmente aquellos con menor poder adquisitivo. Esta exclusión educativa ha generado/continúa generando la necesidad de políticas públicas educativas que aseguren el acceso y la permanencia de aquellos que no pudieron asistir a la escuela en la edad regular. En este contexto se sitúa el trabajo presente, que es un fragmento de la tesis doctoral defendida en 2021. Se trata de una investigación documental, que tuvo como objeto de análisis el material didáctico "Integração Social", volumen 1, de la materia integração social, del Programa de Educación Integrada (PEI), de la primera fase de la educación supletoria de primer grado (2º a 4º cursos), del Movimiento Brasileño de Alfabetización (MOBRAL), en el período de 1967 a 1985. MOBREAL fue un programa destinado a la educación de jóvenes y adultos durante la dictadura militar posterior al golpe de 1964. Después del análisis de dicho material didáctico, a la luz del pensamiento gramsciano, se observó que los textos y actividades propuestas eran repetitivos, mecanizados, mnemotécnicos y descontextualizados, dificultando la reflexión y crítica sobre las condiciones de vida de los estudiantes y las causas de la elevada desigualdad social. La intención era abordar los desafíos de la nueva fase del capitalismo brasileño, así como controlar, coaccionar y dominar a las clases subalternas, imponiendo los valores e intereses de las clases dominantes y evitando cualquier forma de participación política y oposición por parte de los oprimidos. Además, se promovía una ruptura con los movimientos de educación popular que cuestionaban el orden vigente.

Palabras clave: MOBREAL; material educativo; integración social.

INTRODUÇÃO

Uma educação democrática e de qualidade é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O Brasil não tem sido capaz de promover o acesso e a permanência de importante parcela da população na escola, principalmente aquela de menor poder aquisitivo, evidenciado pelas taxas de analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais: 1990 (65%,3), 1940 (56,1%), 1960 (39,7%), 1980 (25,9%), 2000 (13,6%) (Brasil, 2021) e 2022 (5,6%) (IBGE, 2023). Essa exclusão tem impactado diretamente na participação e consciência política da maior parte da população brasileira, oprimida pelas classes dominantes, desde a ocupação destas terras pelos portugueses.

No período de 1964 a 1985 o país viveu uma ditadura militar que gerou mudanças em todos os setores da sociedade, incluindo as políticas públicas educacionais. Sob a égide dos governos militares, várias reformas foram implementadas com o objetivo de atender os interesses das elites em detrimento dos interesses e necessidades dos subalternos. Para tanto, estabeleceu-se um aparelho ideológico capaz de manter a ordem vigente e evitar qualquer tipo de contestação.

Conforme resumo, este artigo se propõe analisar o material didático “Integração Social” da matéria integração social da 1ª fase do ensino supletivo de 1º grau, 2ª a 4ª séries do MOBRAL, instituído pela Lei n. 5.379/1967 (Brasil, 1967), à luz, principalmente, da teoria política gramsciana e de outros autores.

O MOBRAL E SEUS DESDOBRAMENTOS

Dentre os instrumentos de dominação adotados pelo regime militar, verifica-se a promulgação da Lei n. 5.692/71, regulamentada pela resolução n. 8/1971 e Parecer n. 853/71, que fixou o núcleo-comum para os currículos do 1º e 2º graus, sendo: comunicação e expressão (língua portuguesa); estudos sociais (geografia, história e organização social e política do Brasil) e ciências (matemática e as ciências físicas e biológicas) (Brasil, 1971a, b).

Importante esclarecer que o cenário político, entre o final do ano de 1963 e o início do ano de 1964, caracterizou-se pela constante ameaça de golpes e contragolpes, com a intensa mobilização de grupos políticos, militares e conservadores (Germano, 2011). Nessa atmosfera, ocorre em 1º de março de 1964 a efetivação do golpe contra o presidente João Goulart, comandada por grupos poderosos e insatisfeitos com os rumos do governo de Jango, culminando na instauração de um governo ditatorial que perduraria de 1964 a 1985.

Com a instauração da ditadura militar, todos os setores da sociedade passam a ser controlados pelos grupos que tomam o poder, inclusive, obviamente, a educação, visto que, segundo Paiva (1973, p. 259), a alfabetização de adultos, combinada à organização das políticas para as massas, promovida a partir de 1960, apresentava-se como uma ameaça aos grupos direitistas, um perigo para a estabilidade do regime e a preservação da ordem capitalista, além de “[...] provocar uma reação popular importante a qualquer tentativa mais tardia de golpes das forças conservadoras”. Assim, os projetos de educação popular que existiam foram proibidos, dando lugar a uma política educacional oposta aos preceitos de uma educação emancipadora.

Com base no pensamento gramsciano, de acordo com Liguori (2017) é possível verificar que o governo da ditadura militar no Brasil passou a difundir novas concepções, divergentes das anteriores ao golpe, nas quais os elementos de autoridade e organização eram muito importantes, segundo revelou Paiva (2015) sobre a história da educação de jovens e adultos e o MOBRAL.

Para Paiva (2015), a história da educação dos adultos no Brasil nos anos de 1970 ficou marcada pela atuação do MOBRAL, criado pela Lei n. 5.379, de 15 de dezembro de 1967 (Brasil, 1967), como o organismo executor de uma campanha de alfabetização em massa. Para Paiva (1973), o projeto de educação do governo militar se deu praticamente com a Cruzada do ABC e do MOBRAL, propriamente dito (Paiva, 1973).

Figura 1: Logomarcas do MOBRAL em anúncios do Movimento dos anos de 1970-1975



Fonte: Silva (2019).

Quanto à legitimação de um regime perante a sociedade, Coutinho (1981) esclarece que a classe dirigente passa a ser unicamente dominante e detentora da pura força coercitiva, quando ocorre a não crença das massas populares, em relação àquilo em que antes acreditavam. De acordo com Paiva (2015), o período pós-1964 é marcado por um forte preconceito contra o analfabeto, por uma visão economicista da educação, pelo uso da educação como instrumento de sedimentação do poder político e das estruturas socioeconômicas, corroborando Coutinho (1981) e coadunando com Gramsci (1991, 2001), sobre a relação entre a classe dominante e a classe dominada na sociedade capitalista.

Sustentada nessa concepção de educação tecnicista e alienante, Gramsci (2001) aponta que a civilização moderna se tornou tão complexa, que cada atividade prática passou a exigir a criação de uma escola de nível mais elevado para os próprios dirigentes e especialistas e outra escola para a formação de mão de obra, formando uma tendência que perpetua a relação de dominação sobre os subalternos.

Sobre essa questão, Paiva (1973, 2015) e Saviani (2013) acrescentam que a adoção do modelo econômico associado-dependente, com forte presença do capital estrangeiro, refletiu na política educacional, cuja demanda e preparação de mão de obra para as empresas multinacionais e a ideia de produtividade no sistema escolar culminaram no modelo educacional adotado pelos governos militares – reconhecido por “pedagogia tecnicista”, corroborando Gramsci (1999, 2001) ao denunciar a existência de dois tipos de educação.

Aliado ao modelo economicista de educação, elevava-se o preconceito contra o analfabeto, explicitado no discurso do então Ministro Muniz de Aragão, em 1966, bem como de outros tecnocratas do governo militar, ao afirmarem que os analfabetos eram cidadãos incultos, ignorantes, perigosos e intelectualmente incapazes de servir à comunidade e ao país, em um claro intento de culpar os esquecidos do país pelo atraso e pelo entrave ao seu desenvolvimento e progresso (Paiva, 1973). Nos bastidores, o objetivo era o uso da educação como instrumento ideológico, “[...] a sedimentação do poder político e das estruturas da sociedade, à segurança interna do regime” (Paiva, 1973, p. 267), corroborando Gramsci (2001, 2020).

Vencia, assim, a visão economicista de educação, confirmada por Corrêa (1979), representante dos militares e ex-diretor da Fundação MOBIL, ao afirmar que no período entre 1965 e 1967 ocorreu a evolução econômica. Focou-se, assim, em uma educação com todas as suas implicações no processo de desenvolvimento material da sociedade brasileira, usando metodologias herdadas da área econômica, buscando, segundo seus idealizadores, desmascarar mitos e eliminar os obstáculos à modernização.

Para alcançar os objetivos políticos lançou-se mão de várias reformas educacionais, dentre elas a instituição das matérias integração social e estudos sociais, em substituição à geografia e a história. Para Issler (1971, p. 288), a Lei n. 5.692/71 “[...] suprimiu as antigas ‘matérias’ ao longo do currículo” e gerou uma consequente “fusão dos conteúdos dessas três matérias” (p. 288), coadunando com Höffling (1981, p. 238) ao denunciar que o regime almejava “[...] cidadãos comportados, acostumados a obedecer e a desempenhar estritamente o ‘papel que lhes coube’ na estrutura social [...]”, na manutenção da ordem vigente (Gramsci, 1999, 2001).

A partir de então, segundo Issler (1973) abandona-se a tradição mais rica e ampla de maiores habilidades para as áreas de estudos sociais, conforme Delgado de Carvalho e Anísio Teixeira, em favor de uma redução pura e simples dos conteúdos e simples conjugação de matérias, com a implementação do estudos sociais, coadunado com Vianna (2006) ao anunciar que o objetivo era preparar os jovens para o desenvolvimento nacional e eliminar as inquietações com o processo democrático.

Tratava-se, assim, de acordo com pensamento gramsciano (Gramsci, 1999, 2020), da busca pela passividade e acomodação perante os ditames das classes dominantes em relação às classes subalternas, em favor da ideologia dominante e hegemônica, e contra os verdadeiros interesses das classes oprimidas. Isso é corroborado por Waschinewski (2017), posto que os objetivos do estudos sociais era formar alunos que contribuíssem com a segurança, a estabilidade da sociedade e do Estado e não promover uma formação crítico-cidadão. Procurava-se eliminar quaisquer tipos de educação popular voltada para a formação de cidadãos conscientes e críticos da sua condição de explorados.

Destarte, o MOBRAL buscava a manutenção da ordem vigente, sendo o material didático uma importante ferramenta de disseminação dos valores e interesses das classes dominantes em detrimento das necessidades dos subalternos.

METODOLOGIA

Há uma vasta bibliografia sobre o MOBRAL, contudo, o Estado do Conhecimento, de acordo com Ferreira (2002), revelou a ausência de investigações que se dedicassem a estudar o material didático “Integração Social”, elaborado pela Fundação MOBRAL, principalmente no tangente à geografia escolar.

Assim, uma das ferramentas metodológicas utilizadas foi a análise documental do volume 1 do manual didático “Integração Social”, fornecido pela Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização da Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus do Ministério da Educação.

O MATERIAL DIDÁTICO INTEGRAÇÃO SOCIAL

Na organização do MOBRAL existiam o Programa de Alfabetização Funcional (PAF) e o PEI. O PEI visava proporcionar aos alunos recém-alfabetizados a oportunidade de concluírem as primeiras séries do antigo 1º grau em 12 meses.

Conforme o Documento Básico do MOBRAL/CENTRAL (Brasil, 1973, era de responsabilidade da Fundação a produção e distribuição dos materiais didáticos e paradidáticos para alunos e professores, de modo a satisfazer o mais imediatamente possível a atual conjuntura socioeconômica do país naquela época); demonstrando o uso do aparelho hegemônico e da estrutura ideológica na disseminação da ideologia dominante e do conformismo junto às classes populares.

No interior desse estudo, compreender a metodologia e os materiais didáticos à luz da teoria de Gramsci é fundamental para desvelar a ideologia de mundo impressa no material didático “Integração Social”. O uso do aparato estatal é denunciado pelo teórico quando da construção do seu pensamento sobre o uso da educação como instrumento de manutenção da ordem vigente.

Para a elaboração, dentro dos critérios estabelecidos, impressão e distribuição dos materiais didáticos, o MOBRAL contou com vultuosos recursos e parceria com os grandes grupos editoriais do país (Paiva, 2015), que também tinham a incumbência de realizar a publicidade do Movimento em seus periódicos, como a revista *Veja* (Silva, 2019), e disseminar a ideologia das classes hegemônicas, via materiais didáticos do Movimento, em conformidade com Gramsci (2020, p. 342), ao evidenciar “[...] que tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura”.

Na perspectiva do governo militar, o processo de educação de adultos compunha um sistema de educação permanente, caracterizado pela continuidade e progressividade das condições educativas, sendo o PEI o responsável por essa tarefa. Assim, como continuidade, os fundamentos metodológicos em que se apoiam o PEI e o PAF são os mesmos, segundo evidenciado no material didático, no método e na avaliação do aluno (Koff, Melhado, Bittencourt, 1979).

A método adotada pelo MOBRAL amparava-se no “erro e acerto”, ou seja, eram realizadas tentativas, até que se pudesse, segundo Koff e Campello (1979), selecionar o que melhor atendesse às necessidades do programa de massa, cuja flexibilidade atenderia às particularidades de cada região e de cada grupo populacional, o que contrariava a padronização dos materiais didáticos que eram distribuídos em todo o território nacional.

Assim, para caracterizar o método do PEI, Corrêa (1979) apontou os seguintes aspectos: a funcionalidade, relacionando diretamente o processo de ensino e aprendizagem à experiência de vida dos alunos; o princípio didático de aceleração, considerando as experiências e situações de vida dos alunos, de forma a evitar a perda de tempo em atividades cujas habilidades e atitudes já houvessem sido desenvolvidas pela experiência de vida; o método global, ou seja, partindo do tema geral para o particular; o estudo de temas ligados às necessidades básicas, como comunicação, produção, natureza, trabalho, esporte, diversão, turismo, alimentação, habitação, higiene, saúde, civismo, cultura, transporte e educação. Nessa abordagem, não havia uma sequência estabelecida, podendo os temas serem abordados de acordo com os interesses e necessidades do grupo e o estudo de cada tema, a partir do cartaz e texto gerador e da articulação de áreas de estudo.

Importante destacar que nem sempre o que estava nos documentos oficiais correspondiam à realidade. Quanto à funcionalidade e à aceleração, a adoção de um mesmo material didático para todo o país já contrariava o princípio de partir da realidade e dos saberes dos educandos, posto que este era elaborado previamente pelo MOBRAL/CENTRAL e distribuído para todo o território nacional, desconSIDERANDO toda a reflexão que antecederia a escolha das palavras e temas geradores.

Com relação aos temas ditos geradores, não se discutia a causa da falta de habitação, do desemprego e subemprego, da fome e/ou má alimentação, da falta de acesso à saúde, transporte público de qualidade, lazer, cultura, viagens etc. O foco era “lutar” por um lugar ao lado dos que “venceram”, culpabilizando os próprios analfabetos pela situação de exclusão em que se encontravam, e não a lutarem contra as desigualdades (re)produzidas às custas da exploração das classes subalternas, reafirmando o que preconiza Gramsci (1999) sobre o papel da educação na sociedade de classes.

Apesar de afirmarem não haver uma sequência estabelecida na abordagem dos temas, esses não poderiam levar os alunos a refletirem sobre a situação de marginalização da maioria dos brasileiros em relação à minoria, posto que o próprio material didático não permitia tais reflexões.

Ainda de acordo com o presidente da Fundação, Corrêa (1979), na educação integrada, o MOBRAL lançou uma metodologia inédita, porquanto, as várias disciplinas foram integradas e exploradas em temas ligados à vida cotidiana dos alunos, como habitação, lazer, trabalho, saúde, alimentação, transporte etc., pressuposto criticado veementemente por Seabra (1983). Permitia-se, assim, segundo o regime, uma maior motivação por parte dos alunos e maior funcionalidade para os conhecimentos adquiridos. A funcionalidade era fornecer mão de obra barata para o mercado de trabalho.

Para Corrêa (1979), no futuro, toda a educação partiria sempre da solução de problemas concretos, aproveitando extensivamente as oportunidades que a vida e a comunidade propiciam para o processo de ensino-aprendizado, o que não se efetivava na concepção do material didático.

Segundo Corrêa (1979, p. 41-42), “[...] a integração e o enfoque multidisciplinar serão inevitáveis, porque a educação buscará sempre imitar a vida e a vida não se desenrola em compartimentos estanques, estabelecidos nos irrealistas currículos acadêmicos”, contrariando os pesquisadores da educação, como Seabra (1983), que denunciava o quanto uma formação geral prejudica o ensino e vulgariza a função social da escola, principalmente aquela destinada às classes subalternas.

Reafirmava-se, assim, a concepção de educação como importante instrumento ideológico nas mãos dos militares. Uma concepção de educação e de escola a favor do ajustamento e contra a transformação das estruturas dominantes, particularmente na escola destinada ao povo.

Nesse sentido, Nascimento (2019) enfatiza que essa organização curricular entendia a história e a geografia como “conteúdos específicos” ou “obrigatórios dos estudos sociais na escola de 1º grau” e estas perdiam o caráter de disciplina nesse grau de escolaridade. Apenas na escola de 2º grau elas mantinham-se como disciplinas independentes e autônomas, embora com carga horária diminuída em decorrência da profissionalização desse grau de ensino.

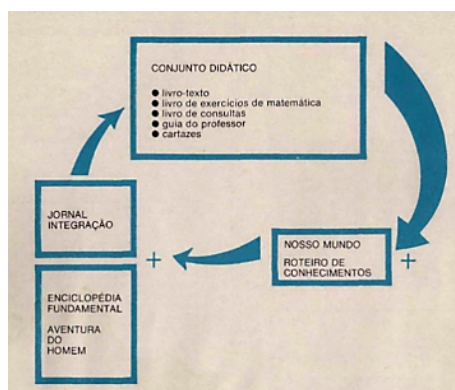
Contudo, o que se viu na prática foi a padronização do material didático, das palavras geradoras, por exemplo, contrariando o discurso de partir da realidade dos alunos e do concreto.

Para justificar a padronização do material didático em âmbito nacional, Corrêa (1979) afirmava que as cartilhas foram construídas a partir de palavras corriqueiras do universo linguístico brasileiro e retiradas das necessidades básicas do homem (comida, remédio, tijolo, família etc.), distorcendo o verdadeiro sentido das palavras geradoras e a concepção de educação e de mundo de Paulo Freire e denunciado por Höfling (1981) e Chopin (2004).

Nota-se claramente uma mudança na concepção de educação e de mundo na política educacional brasileira com o advento do golpe militar, refletida nos pressupostos norteadores para a elaboração dos materiais didáticos.

Quanto ao conjunto básico do PEI/MOBRAL, o tipo de material e sua constituição são identificados na figura 2 e na tabela 1, esquematizados como conjunto de materiais didáticos da primeira fase do PEI; posteriormente, outros materiais foram sendo acrescentados.

Figura 2: Composição inicial do conjunto didático do PEI/MOBRAL, conforme Documento Básico do MOBRAL de 1976



Fonte: Brasil (1975).

Tabela 1: Composição atualizada do conjunto didático do PEI

Tipo de material	Constituição
Livro textos geradores	Apresenta, além de textos, variadas atividades de comunicação e expressão e um glossário
Livro de Matemática	Conteúdos e diferentes exercícios
Livro de Integração Social (2) e Ciências*	Explora conteúdos e apresenta sugestões de atividades
Livro do Professor	Apresenta orientações metodológicas para o desenvolvimento do PEI
Conjunto de cartazes	Apresenta cartazes relacionados a todos os temas do PEI, mais cinco cartazes que constituem um apoio ao trabalho na área de Integração Social e Ciências
Enciclopédia “A aventura do homem”**	Material complementar, composto por 24 fascículos utilizados pelos alunos em sala de aula e/ou em sistema de empréstimo.

* A partir de 1972; ** a partir de 1973.

Fonte: Elaborado pelo autor, de acordo com (Corrêa, 1979, Koff, Melhado, Bittencourt, 1979).

O manual “Integração Social”, figura 3, foi, segundo o próprio Movimento (Brasil, 1984), uma compilação da 1ª edição completa da Coleção de Roteiros de Atividades do Autodidatismo, composta por nove livros editados entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, cujo lema era “Você pode aprender sem ir à escola e sem professor”.

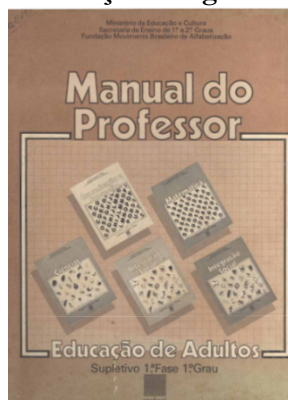
Figura 3: Capa do manual didático “Integração Social”, volume 1, versão do aluno, referente ao Programa de Educação Integrada do MOBRAL



Fonte: Brasil (1984).

Além do material didático de “Integração Social”, o conjunto didático do PEI/MOBRAL também era composto por um Manual do Professor e as versões para o aluno de comunicação e expressão, matemática e ciências. A figura 4 apresenta a capa do Manual do Professor do Integração Social.

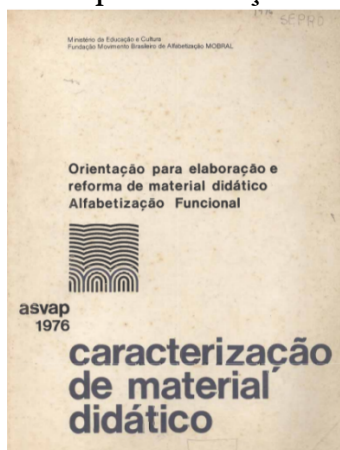
Figura 4: Capa do manual didático “Integração Social”, versão do professor, referente ao Programa de Educação Integrada do MOBRAL



Fonte: Brasil (1985).

Para maior controle da elaboração dos materiais didáticos do MOBRAL, foi organizado o documento “Orientação para elaboração e reforma do material didático: alfabetização funcional: caracterização de material didático” (Brasil, 1976) (Figura 5).

Figura 5: Capa do documento orientador para elaboração de material didático para o MOBRAL



Fonte: Brasil (1976).

Na apresentação do referido documento, Arlindo Lopes Corrêa explicita a importância do material didático, enfatizando a excepcional originalidade, qualidade, a custos jamais obtidos no Brasil.

O material didático, segundo Corrêa (1979), era submetido à rigorosa análise por um Grupo de Trabalho (GT) formado por uma equipe multidisciplinar que incluía linguistas, pedagogos, técnicos em programação visual etc., em constante processo de aperfeiçoamento, cuja acumulada experiência lançou as bases para uma avaliação objetiva extensível às outras atividades similares do Movimento.

Para maior controle e fiscalização do material didático produzido por grandes editoras, o GT tinha por funções: avaliar, continuamente os materiais didáticos e os projetos de novos materiais, elaborar critérios para avaliação e reformulação de materiais didáticos, acompanhar a experimentação de novos materiais, elaborar projetos sobre materiais didáticos e orientar a

elaboração de novos materiais (Mendonça, 1985), de forma a garantir que a ideologia vigente continuasse penetrante junto às classes subalternas.

Uma afirmação do Presidente do MOBRAL chama a atenção em relação à importância do material didático para o MOBRAL:

A sua importância dos gastos com o material didático justifica plenamente os cuidados de sua direção com esse item. Além disso, *é através do material didático que se exerce a atividade-fim do MOBRAL, visando ao aprimoramento do homem brasileiro*. Só este último aspecto bastaria para explicar todo o empenho de nossa administração no sentido de aperfeiçoar os métodos de análise e utilização daquele material. (Corrêa, 1979, p. 6, grifo nosso).

O excerto demonstra a importância do material didático na disseminação das ideias pedagógicas do regime militar, a ideologia e a ordem vigente, coadunado com Chopin (2004). Como atividade-fim, o governo militar confia o quanto se devia controlar o que iria compor os vários materiais didáticos do MOBRAL, seja pela análise prévia, seja pela utilização em sala de aula. A atividade-fim do MOBRAL era formar mão de obra barata e passiva diante da cruel realidade de exclusão e pobreza de grande parcela da população brasileira.

Em tempo, importante ressaltar que o livro didático é reconhecido como instrumento privilegiado de construção de identidade e símbolo da soberania popular, assumindo importante papel político, em uma tendência de doutrinar de forma implícita ou explícita (Chopin, 2004).

No caso do Brasil, Höfling (1981) evidencia que os livros didáticos da matéria estudos sociais, criada pelo regime militar, contribuíam para a alienação do indivíduo em relação aos diferentes aspectos da realidade concreta em que vive, não só pelo conteúdo em si, mas também pela passividade, o que é também evidenciado nos manuais do “Integração Social”, corroborando com Chopin (2004) e Gramsci (1999).

A questão da doutrina é recorrente na política educacional militar, de acordo com Germano (2011) ao se referir ao tripé ideológico do período analisado, constituído pela Doutrina da Segurança Nacional, pela Teoria do Capital Humano e por correntes do pensamento cristão conservador. Pela Doutrina da Segurança Nacional, entendia-se permanente controle e vigilância da população contra quaisquer questionamentos em relação ao regime.

De acordo com Germano (2011), a Teoria do Capital Humano buscava fornecer mão de obra barata para atender o projeto de desenvolvimento econômico, romantizando, inclusive, as cidades para atrair os trabalhadores, e disseminando o pensamento cristão conservador no combate ao comunismo e na defesa dos valores cristãos das elites.

Contrariando o discurso sobre o material didático “Integração Social”, cabe ressaltar que esse foi produzido em papel jornal e impresso em preto e branco, em contraste com o discurso sobre a qualidade do material e dos custos de sua produção. O papel mal suportava o uso da borracha, por exemplo. A capa também é de baixa qualidade, de papel cartão, impressa nas cores laranja, preta e branca (figuras 3 e 4).

Além do título, contém as seguintes informações: Ministério da Educação - Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus - Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização, Educação de Adultos – Supletivo 1ª fase 1º grau, a logomarca do MOBRAL com alusão à impressão digital e pequenas ilustrações que remetem à pátria, aos setores da economia, à família, à cultura, aos transportes etc.

O Sumário se organizava em três partes, em que cada uma corresponde a um Roteiro de Atividades do Programa do Autodidatismo, além do Recado inicial antes da primeira parte e um Glossário ao final da terceira parte.

Figura 6: Sumário do volume 1 do material didático “Integração Social”(PEI/MOBRAL)

Sumário	
Recado	5
Parte I	
Terra de nossa gente	7
A vida em comunidade	9
Conhecendo outras comunidades	17
A cidade: sua gente, sua vida...	19
A cidade: sua história, sua arte...	22
Os municípios	25
Na família... no município... organização é importante	27
O Governo do município	29
Nossa grande comunidade — o Brasil	36
Onde está o Brasil?	40
Brasil — um país tropical	44
Onde mora a população brasileira?	48
Como conhecer o Brasil?	53
Parte II	
Conhecendo sobre indústria e comércio	89
O comércio — uma atividade bastante antiga	91
O início do comércio no Brasil	98
A indústria — sua história	113
O início da indústria no Brasil	115
O comércio e a indústria crescem no Brasil	119
A indústria de hoje	122
Matérias-primas da indústria	126
O comércio hoje	136
O comércio e a indústria precisam de gente preparada	141
A ação do Governo para o desenvolvimento do comércio e da indústria	143
Parte III	
O fazer, o saber, o sentir de nossa gente	149
Cultura	151
Formação do povo brasileiro	154
Os tipos característicos da cultura do Brasil	160
Cultura popular	162
Artesanato	164
Literatura de cordel	166
Provérbios	172
Crenças	174
Lendas e mitos	176
Música, dança e ritmos populares	181
Adivinhações	188
Jogos e brincadeiras	190
Comidas típicas	192
Outras artes, as ciências e o esporte no Brasil	196
A conservação da cultura	206
Glossário	207

Fonte: Brasil (1984).

A parte I, “Terra de nossa gente” foi organizada a partir do Roteiro de Atividades do Autodidatismo, ao qual, infelizmente, não se conseguiu ter acesso após busca na rede mundial de computadores e sebos virtuais, dificuldade comprovada por Mello (2010).

A parte II, intitulada “Conhecendo sobre a indústria e o comércio” foi elaborada a partir do Roteiro de Atividades do Autodidatismo de mesmo título, vide Figura 7.

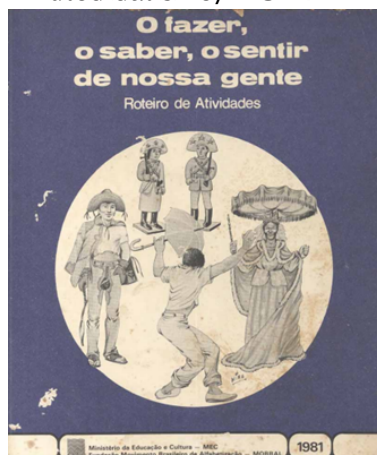
Figura 7: Capa do Roteiro de Atividades “Conhecendo sobre a Indústria e o Comércio”, do Autodidatismo/MOBRAL



Fonte: Brasil (1979).

A parte III, intitulada “O fazer, o saber, o sentir de nossa gente” foi uma compilação do Roteiro de Atividades do Autodidatismo de mesmo título, figura 8.

Figura 8: Capa Roteiro de Atividades “O fazer, o saber, o sentir de nossa gente”, do Programa de Autodidatismo/MOBRAL



Fonte: Brasil (1979).

Sobre a estrutura e organização do “Integração Social” constituía-se, conforme figura 9, de um Recado inicial em forma de um texto verbal, o qual esclarecia que o assunto central é o Brasil. Para tanto, informa que o Brasil é um país enorme e que os alunos teriam acesso às várias informações, como a localização do Brasil no mundo, a sua divisão, o que produz, a história do comércio e da indústria no Brasil, passando pelo artesanato, a literatura, as lendas, as danças, músicas e outras manifestações da cultura popular brasileira, além do glossário a partir da página 207, em um total de 213 páginas (Brasil, 1984). As três partes do “Integração Social” dividiam-se no que neste trabalho denominou-se de subtemas/sequências (Tabela 2).

Tabela 2: Partes, temas geradores e subtemas do v. 1 do “Integração Social”

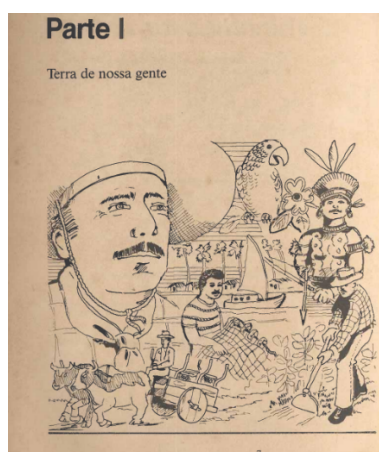
Partes	Temas geradores	Subtemas/Sequências
Parte I	Terra de nossa gente	• A vida em comunidade • Conhecendo outras comunidades • A cidade: sua gente, sua vida... • A cidade: sua história, sua arte... • Os municípios • Na família... no município... organização é importante • O Governo do Município • Nossa grande comunidade – o Brasil • Onde está o Brasil? • Brasil – um país tropical • Onde está o Brasil? • Brasil – um país tropical • Onde mora a população brasileira? • Como conhecer o Brasil?
Parte II	Conhecendo sobre indústria e comércio	• O comércio – uma atividade bastante antiga • O início do comércio no Brasil • A indústria – sua história • O início da indústria no Brasil • O comércio e a indústria crescem no Brasil • A indústria hoje

		• Matérias-primas da indústria • O comércio hoje • O comércio e a indústria precisam de gente preparada • A ação do Governo para o desenvolvimento do comércio e da indústria
Parte III	O fazer, o saber, o sentir de nossa gente	• Cultura • Formação do povo brasileiro • Os tipos característicos da cultura do Brasil • Cultura popular • Artesanato • Literatura de cordel • Provérbios • Crendices • Lendas e mitos • Música, dança e ritmos populares • Adivinhações • Jogos e brincadeiras • Comidas típicas • Outras artes, as ciências e o esporte no Brasil • A conservação da cultura

Fonte: elaborado pelo autor, de acordo com (Brasil, 1984).

Cada uma das partes, parte I “Terra de nossa gente”, parte II “Conhecendo sobre a indústria e o comércio” e parte III “O fazer, o saber, o sentir da nossa gente”, é iniciada com uma página com o título e uma imagem em alusão ao que será abordado (figuras 9, 10, 11).

Figura 9: Capa de introdução da parte I “Terra de nossa gente”, do “Integração Social”

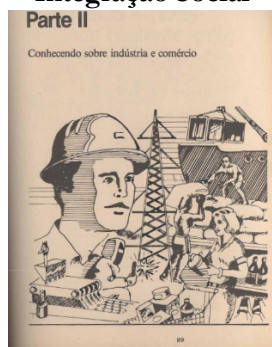


Fonte: Brasil (1984).

Na figura 9, referente à parte I, cujo tema central é o Brasil, observa-se, na ilustração, a representação das diversidades regionais, por meio da presença de um indígena e as riquezas naturais, um lavrador, um pescador do litoral, o homem do campo e seu carro de boi, e um homem cuja vestimenta lembra o gaúcho do sul do país. Observa-se a ausência do negro, cuja etnia compõe de forma significativa a população brasileira.

Na figura 10, referente à parte II “Conhecendo sobre a indústria e o comércio”, o tema central, como o próprio título diz, é a origem e o desenvolvimento do comércio e da indústria no mundo e no Brasil. A ilustração traz a imagem de rede de transmissão de energia, um trabalhador de capacete e uma esteira de uma máquina industrial para representar a indústria. Para fazer alusão ao comércio, utiliza a imagem de uma mulher realizando compras no supermercado e dois trabalhadores carregando um caminhão com sacos que lembram café, açúcar ou algo similar.

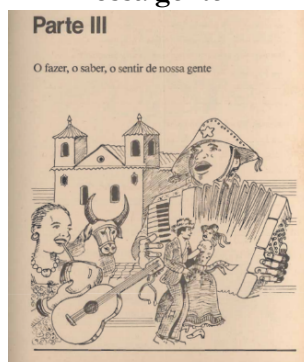
Figura 10: Capa de introdução da parte II “Conhecendo sobre indústria e comércio”, do “Integração Social”



Fonte: Brasil (1984).

A terceira e última parte, intitulada “O fazer, saber, o sentir de nossa gente” traz como tema a cultura brasileira, figura 11, por meio da representação de personagens cujas características representam as regiões brasileiras, como o bumba-meu-boi, o cantor Luiz Gonzaga “Gonzagão” e seu acordeão, uma igreja em razão da forte presença da religião católica, uma viola, instrumento típico do homem do campo “caipira”, um casal dançando em uma festa junina e uma mulher bebendo uma água de coco.

Figura 11: Capa de introdução da parte III do “Integração Social”: “O fazer, o saber, o sentir de nossa gente”



Fonte: Brasil (1984).

Na tese é realizada uma análise minuciosa do volume 1, com foco nos conteúdos relativos à geografia, em razão da fusão da geografia e da história na matéria integração social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as descobertas reveladas pela pesquisa se destacam: a) nas primeiras séries do 1º grau, os estudos sociais receberam o nome de integração social; b) o material didático “Integração Social” para o ensino supletivo 1ª fase do 1º grau era composto por dois volumes, contudo, só se teve acesso ao volume 1, comprovando a dificuldade de acesso a esses documentos e desenvolvimento de novas pesquisas; c) o “Integração Social” foi elaborado a partir de uma compilação dos cadernos do Programa de Autodidatismo do MOBRAL, o qual, após comparação, se mostrou uma cópia, com pouquíssimas adequações e/ou alterações; d) quanto à qualidade dos materiais, elogiada pelos próprios mentores do Movimento, verificou-se que o papel, a impressão, as imagens e mapas são de baixa qualidade, com erros relativos às normas cartográficas e, em alguns casos, ilegíveis.

Comprovou-se o uso da “cultura” como parte da “estrutura ideológica” e como instrumento de propaganda MOBRAL, posto à época como o redentor do problema do analfabetismo, o que as pesquisas evidenciam como uma grande falácia.

A cultura, bem como a imprensa, foi amplamente utilizada para legitimar tanto o programa de educação quanto o regime militar, disseminando o pensamento e a ideologia hegemônicas. O MOBRAL obteve um forte apoio da mídia impressa com propagandas em importantes revistas semanais como a *Veja*, demonstrando que setores conservadores da sociedade civil apoiavam e compartilhavam a ideologia do Estado e das elites.

Reafirmaram-se os verdadeiros objetivos dos governos militares e das classes dominantes no sentido de ajustar os subalternos ao que está posto, com o firme propósito de sedimentar, cada vez mais, o pensamento hegemônico e a ordem vigente, conforme evidenciado pela teoria política de Antonio Gramsci.

As leituras sobre a educação de jovens e adultos no Brasil demonstraram a necessidade de se apoiar e aprofundar a compreensão da teoria política de Gramsci, devido ao uso, pelos mais diversos autores, das categorias gramscianas, fundamentais para a compreensão do MOBRAL, do PEI e do “Integração Social”. As categorias gramscianas de hegemonia, ideologia, concepção de mundo, política, classes dominantes, classes subalternas, aparelho hegemônico, estrutura ideológica, ordem vigente, intelectual e outras, de forma explícita ou implícita, demonstram a relevância e atualidade da obra de Gramsci na apreensão do Movimento e dos respectivos materiais didáticos. Ou seja, o pensamento gramsciano permite analisar diversos momentos históricos do Brasil, particularmente no que diz respeito à educação, pois evidencia o papel da ideologia na manutenção e sedimentação da hegemonia das classes dominantes sobre as classes subalternas.

O MOBRAL e os materiais didáticos do Movimento objetivavam atender à nova fase do capitalismo brasileiro, controlar, coagir e dominar. Não é por acaso que, no período da ditadura militar, explodiram a concentração de renda e a desigualdade social, posto que o trabalhador era visto como depósito passivo que deveria se ajustar à ordem imposta pelos grupos hegemônicos.

Por fim, era preciso manter o controle em todas as dimensões da esfera educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais. *Mapa do analfabetismo no Brasil*. Brasília: MEC, 2021. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/mapa-do-analfabetismo-no-brasil>. Acesso em 15 nov. 2024.

- BRASIL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. *Integração Social*: manual do professor. Rio de Janeiro: MEC, 1985. Disponível em http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/1-manual-do-professor_0.pdf. Acesso em 20 abr. 2021.
- BRASIL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. *Integração Social*. Rio de Janeiro: MEC, 1984. (Coleção Educação de Adultos, Supletivo – 1ª fase – 1º grau).
- BRASIL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. *Você pode estudar sem ir à escola*. Rio de Janeiro: MEC: GEPED, 1979. (Coleção Autodidatismo).
- BRASIL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. *Orientação para elaboração e reforma do material didático*: alfabetização funcional: caracterização de material didático. Rio de Janeiro: MEC: AVASP, 1976. Disponível em <http://cremeja.org/a7/wp-content/uploads/2019/11/6-caracterizacao-de-material-didatico-1976.pdf>. Acesso em 15 maio 2021.
- BRASIL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. *Documento Básico do MOBRAL*. Rio de Janeiro: MEC, 1975. Disponível em <http://cremeja.org/a7/wp-content/uploads/2019/10/8-documento-basico-1975.pdf>. Acesso em 15 maio 2021.
- BRASIL. *Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971a. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 10 maio 2021.
- BRASIL. *Resolução n. 8, de 01 de dezembro de 1971*. Fixa o núcleo-comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus, definindo-lhe os objetivos e a amplitude. Brasília, DF: Presidência da República, 1971b. Disponível em <https://www.scielo.br/j/reben/a/HGRfCn9wSk7XZckTQKFDYDg/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 10 maio 2021.
- BRASIL. *Lei n. 5.379, de 15 de dezembro de 1967*. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. Brasília, DF: Presidência da República, 1967. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 2 fev. 2020.
- CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000300012>. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ep/a/GNrkGpgQnmdcxwKQ4VDtgNQ/?lang=pt>. Acesso em 13 ago. 2021.
- CORRÊA, Arlindo Lopes. *Educação de massa e ação comunitária*. Rio de Janeiro: AGGS, 1979.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre: L & PM, 1981.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 25 abr. 2021.
- GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2011.
- GRAMSCI, Antônio. Arte e Cultura. In: COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). *O leitor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 344-345.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. (Volume 2).

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. (Volume 1).

HÖFLING, Eloisa de Mattos. *A concepção de cidadania veiculada em livros didáticos de estudos sociais do primeiro grau*. 1981. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981. Disponível em <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251633> . Acesso em 20 jul. 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste> . Acesso em 15 nov. 2024.

ISSLER, Bernardo. *A geografia e os estudos sociais*. 1973. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1973.

KOFF, Adélia Maria Nehme Simão; CAMPELLO, Ana Margarida de Mello Barreto. A Alfabetização funcional. In: CORRÊA, Arlindo Lopes (Org.). *Educação de massa e ação comunitária*. Rio de Janeiro: AGGS: Mobral, 1979. p. 147-174.

KOFF, Adélia Maria Nehme Simão; MELHADO, Heloisa Meira Coelho; BITTENCOURT, Maria de Lourdes Marquez. Programa de Educação Integrada. In: CORRÊA, Arlindo Lopes (Org.). *Educação de massa e ação comunitária*. Rio de Janeiro: AGGS: Mobral, 1979. p. 175-193.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. Prefácio. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 9-11.

MELLO, Paulo Eduardo Dias de. *Material didático para educação de jovens e adultos: história, formas e conteúdos*. 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.48.2010.tde-26012011-142038>. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-26012011-142038/pt-br.php> . Acesso em 19 jul. 2022.

MENDONÇA, Terezinha Nádja Jaime. *Movimento Brasileiro de Alfabetização: subsídios para uma leitura crítica do discurso oficial*. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1985.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. *O ensino de Estudos Sociais no Brasil: das “connexões naturais” à integração pela via do autoritarismo (1930-1970)*. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. DOI: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.45366>. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=45366@1> . Acesso em 19 jul. 2022.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 1973.

PAIVA, Vanilda Pereira. *História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos*. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SEABRA, Manoel F. G. Estudos Sociais e Vulgarização do Magistério e do Ensino de 1º e 2º Graus. *Linha D'Água*, São Paulo, n. 3, p. 9-36, 1983. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v0i3p9-36>. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37063>. Acesso em 24 abr. 2021.

SILVA, Danielly Cardoso. *Você deveria ter vergonha de viver num país com tantos analfabetos: a campanha publicitária do MOBREAL na revista Veja (1970-1975)*. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9558>. Acesso em 20 jul. 2022.

VIANA, Iêda. *Artes de Fazer na Reforma Escolar: o projeto de Estudos Sociais a partir da longa duração em Curitiba (Décadas de 1970 – 1980)*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em <http://hdl.handle.net/1884/7255>. Acesso em 20 jul. 2022.

WASCHINEWESKI, Susane da Costa. *Biblioteca de orientação da professora primária: as regras de civilidade no conteúdo de estudos sociais do Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar – PABAE (1956 –1964)*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unidade Acadêmica Humanidades, Ciências e Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2017. Disponível em <http://repositorio.unesc.net/handle/1/5151>. Acesso em 20 jul. 2022.

Submetido em 28 fevereiro de 2024
Aprovado em 27 de novembro de 2024

Informações das autoras

Fernanda Borges Neto
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo
E-mail: fernandageo@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-5687-5131>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9014670511612441>

Sônia Maria dos Santos
PPGED/UFU
E-mail: soniaufu@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3972-1449>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9281057859793276>